



DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CAPITAL SOCIAL: ELEMENTOS, CONEXÕES E PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Janaina Macke¹
João Alberto Rubim Sarate²

Resumo

Os processos de endogeneização e de construção de novas estratégias de desenvolvimento permitem considerar o território como o principal agente de alavancagem deste desenvolvimento – não mais somente econômico, e sim, social e local. Esta visão do território permite compreender os ‘efeitos de proximidade’ que propiciam o fortalecimento do capital social, nas suas diferentes dimensões. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o capital social vinculado ao desenvolvimento de territórios, e propor uma ferramenta de avaliação do capital social territorial. Para atingir o objetivo foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, com caráter quantitativo, utilizando o método do tipo *survey*. Os resultados apontam quatro fatores na explicação do capital social territorial: proximidade, ancoragem territorial, reciprocidade e memória coletiva.

Palavras-chave: Capital social; Desenvolvimento Territorial; Capital Social Territorial; *Survey*; Brasil

Recebimento: 3/1/2014 • Aceite: 15/2/2014

¹ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Caxias do Sul (PPGA/UCS), Caxias do Sul, RS, Brasil. E-mail: jmacke@terra.com.br

² Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS), professor da Faculdade Meridional, Passo Fundo – RS, Brasil. E-mail: jasarate@gmail.com

TERRITORIAL DEVELOPMENT AND SOCIAL CAPITAL: ELEMENTS, AND CONNECTIONS AND A PROPOSAL TERRITORY EVALUATION

Abstract

The endogenous processes and the construction of new development strategies allow researchers to consider the territory as the main agent of leverage development - not only economic, but social and local. This view of the territory enables the understanding of the “proximity effects”, which favor the strengthening of social capital, in its various dimensions. This research aims to analyze social capital linked to the development of territories, and proposes a framework for evaluating territorial social capital. In order to achieve this goal, we conducted a descriptive research using the survey method. The results suggest four factors explaining the territorial social capital: proximity, territorial anchorage, reciprocity and collective memory.

Keywords: Social Capital; Territorial Development; Territorial Social Capital; Survey; Brazil

Introdução

Um dos grandes desafios atuais dos estudos sobre desenvolvimento local está relacionado aos processos de endogeneização e de construção de novas estratégias de desenvolvimento. Se de um lado, observamos o declínio de regiões tradicionalmente industriais, por outro, vimos o surgimento de regiões operando em novos paradigmas industriais. E, é este movimento dialético que tem contribuído para significativas transformações nas teorias de desenvolvimento territorial.

O conceito de capital social, ao medir o potencial de produção de riqueza que flui das diversas formas de associação coletiva, permite explorar os impactos da sociedade civil no desempenho econômico. É possível identificar pelo menos quatro mecanismos pelos quais o capital social encontrado nas redes sociais estimula o crescimento econômico (SKIDMORE, 2001, p. 134): (i) níveis elevados de confiança social e forte normas de reciprocidade, reduzem os custos de transação; (ii) as redes sociais diluem os riscos, permitindo que os membros se engajem em inovações e em níveis de riscos mais elevados; (iii) as redes sociais facilitam a rápida disseminação de informações e com isto, reduzem as assimetrias; (iv) as redes sociais permitem que seus membros resolvam mais facilmente os problemas de ação coletiva.

A análise da formação do capital social vinculado ao desenvolvimento de territórios, através da construção de uma escala de medição do capital social territorial constitui o principal objetivo deste estudo.

Como objeto de estudo foram definidos três micro territórios vizinhos imersos numa mesma cultura regional: Caminhos de Pedra, Monte Belo do Sul e Vale dos Vinhedos. Estes territórios fazem parte região da Serra Gaúcha, situada no Estado do Rio Grande do Sul (sul do Brasil). Os três territórios fazem parte da maior região vitivinícola do Brasil com cerca de 40 mil hectares de vinhedos. Trata-se de uma viticultura de pequenas propriedades, pouco mecanizada devido à topografia acidentada, onde predomina o uso da mão-de-obra familiar. A produção média de vinhos e mostos nos últimos anos na Serra Gaúcha foi de aproximadamente 436 milhões de litros/ano, representando 90% da produção nacional (IBRAVIN, 2012).

Neste estudo propomos a utilização de uma abordagem *meso*, em outras palavras uma abordagem no nível dos atores (nem o indivíduo, nem o todo), mas a coletividade. Neste sentido, analisar o

capital social territorial mostra-se como uma ferramenta relevante para a compreensão dos processos de ação coletivos que levam à construção do próprio território.

Desenvolvimento territorial e capital social

A abordagem adotada para este projeto considera o desenvolvimento como fruto de interações sociais - as quais, por sua vez, promovem o amadurecimento das instituições locais (SANTOS et al., 2010) - ao mesmo tempo em que reconhece os elementos histórico-sociais arraigados em determinada região. Se o desenvolvimento incorpora elementos institucionais como fatores explicativos de desempenho econômico, o território passa a ser o principal agente de alavancagem deste desenvolvimento – não mais somente econômico, e sim, social e local. O território passa a ser, então, sujeito da ação coletiva (MULS, 2008).

Sob esta ótica, o processo de desenvolvimento pode ser analisado a partir da dialética do heterônimo e do autônomo (PECQUEUR, 2009; 2001). A pressão heterônoma – a força do global - procura ditar aos territórios o que e como devem produzir e comercializar seus produtos. Esta uniformização e hierarquização dos espaços produzem uma reação autônoma, que pode ser entendida como a “capacidade dos atores que vivem neste território em desviar o movimento imposto pela pressão heterônoma e de redirecioná-lo positivamente para a criação consciente de valores adicionados (recursos específicos) localmente” (MULS, 2008, p.10). Dessa forma, o território deixa de ser visto de uma forma passiva.

Esta visão do território permite compreender os ‘efeitos de proximidade’ que propiciam o fortalecimento do capital social: proximidade geográfica; proximidade organizacional e proximidade institucional. A proximidade geográfica é marcada pela materialidade do espaço; é a proximidade espacial. Na proximidade organizacional, os atores pertencem ao mesmo espaço de relações (redes e firmas). Já a proximidade institucional aparece quando os atores se parecem ou possuem o mesmo espaço de referência e partilham os mesmos saberes e valores (GILLY; PECQUEUR, 1995; LEITE, 2004).

Nesta mesma direção, a literatura acadêmica que trata do tema capital social parte, de modo geral, da constatação de que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir desenvolvimento social, de forma justa e sustentável (HALPERN, 2005). Com isso, para além do significado econômico, o termo capital social tem sido usado em

diferentes áreas. Na avaliação de projetos de desenvolvimento, a partir dos anos 90, o Banco Mundial passou a distinguir quatro formas de capital: capital natural, o qual representa os recursos naturais de um local; capital financeiro, expresso em infraestrutura, bens de capital, capital financeiro e imobiliário; capital humano, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição e; capital social, o qual expressa a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com o objetivo de produzir bens coletivos (ARAÚJO, 2003).

O crescimento econômico não produz necessariamente desenvolvimento local. Nem tampouco, a relação entre variáveis econômicas e o grau de desenvolvimento local é direta. O desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. O crescimento econômico é, sem dúvida, um elemento essencial ao desenvolvimento; contudo, não é suficiente.

O desenvolvimento local é marcado pelo contexto em que se situa e pode ser considerado como o “conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob a ótica inter-setorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local” (MILANI, 2003, p.1). Trata-se de um processo orgânico, portanto, não padronizado, uma vez que envolve comportamentos e valores locais.

O local compreende um entorno eco-socioteritorial, onde os recursos de capital social disponíveis podem levar à construção das múltiplas dimensões do desenvolvimento – social, político, ambiental, cultural, tecnológico e institucional (SILVEIRA; BOCAYUVA; ZAPATA, 2001). Assim sendo, é fundamental pensar o desenvolvimento local como um projeto que vai além do mercado; como resultado das relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos da natureza social, política e cultural (MILANI, 2003).

Nesta visão, o desenvolvimento local pressupõe um novo paradigma de desenvolvimento humano, o qual se orienta em resultados em quatro dimensões: (i) dimensão econômica – resultante de ações como: capacidade de articular fatores produtivos endógenos, para gerar oportunidade de trabalho e renda, fortalecimento das cadeias produtivas locais e integração de redes de pequenas empresas; (ii) dimensão sociocultural – busca de maior equidade social, através da maior participação do cidadão nas estruturas de poder; (iii) dimensão político-institucional – construção de políticas negociadas

entre governo, mercado e sociedade civil, favorecendo as transformações da economia e o resgate da cidadania; e finalmente (iv) dimensão ambiental – onde o meio ambiente é visto como um ativo do desenvolvimento, partindo do princípio da sustentabilidade ambiental (SILVEIRA; BOCAJUVA; ZAPATA, 2001, p. 42).

No entanto, poderíamos perguntar: como defender o desenvolvimento local, quando vemos que a sociedade está cada vez mais sob os efeitos da globalização da economia e dos mercados? De que forma as questões macro podem limitar ou, pior, inviabilizar iniciativas locais de desenvolvimento? Até que ponto podemos falar em desenvolvimento local? Existe o desenvolvimento local independente das condições globais?

Se de um lado, as transformações socioprodutivas desterritorializam empresas e empregos, desestruturam antigos padrões de contratos, fragmentam lugares e precarizam as relações de trabalho (SILVEIRA; BOCAJUVA; ZAPATA, 2001), por outro lado, fazem nascer novas formas de cooperação e de arranjos produtivos, nos quais se destacam elementos como flexibilização e confiança.

Neste contexto, o potencial de micro e pequenos empreendimentos na geração de alternativas de trabalho e renda ganha destaque na construção de um outro padrão de desenvolvimento. Este novo padrão é sustentado pelo “local”:

O desenvolvimento local pode ser visto como um foco de intervenção no contexto da crise do desenvolvimento em condições de desigualdade e pobreza, visando à reconstrução das políticas e das ações a partir das potencialidades endógenas e das brechas do local. Mesmo que - vista desde cima a partir das redes globais e corporativas - pareça ficcional e ilusória, a ideia de desenvolvimento local ganha sua mais densa substância quando associada à construção de alternativas e à disputa em torno de paradigmas. Associação que supõe que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser desconstruídas pelo alto, ou substituídas por outros sistemas de fluxos apartados dos lugares (SILVEIRA; BOCAJUVA; ZAPATA, 2001, p.26).

Sendo o “local” um espaço de reconstrução de identidades e vínculos, ele se configura “como um campo de resposta necessário e

insubstituível” (SILVEIRA; BOCAYUVA; ZAPATA, 2001, p. 26) no desafio de construir uma comunidade fortalecida com elevado estoque de capital social.

Na teoria sobre capital social há uma tipologia amplamente aceita que propõe a análise do capital social sob três dimensões: estrutural, relacional e cognitiva (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998). Se analisarmos a questão da proximidade, é possível estabelecer um paralelo bastante significativo. A dimensão estrutural do capital social (figura 1) leva em conta: a presença ou não de laços entre os atores, a configuração ou morfologia da rede - descrevendo os padrões de ligações, através de variáveis como densidade, conectividade e hierarquia - e a intencionalidade da rede - ou seja, se a mesma foi criada para um objetivo e está sendo usada para outro (COLEMAN, 1990). Estes elementos nada mais são do que a propriedade espacial do conceito proximidade, ou seja, a proximidade geográfica.

Figura 1: Dimensões do capital social

<u>Dimensão Estrutural</u>	<u>Dimensão Cognitiva</u>	<u>Dimensão Relacional</u>
Conexões da rede Configuração da rede Adequação da organização	Códigos e linguagem compartilhados Narrativas compartilhadas	Confiança Normas Obrigações e expectativas Identificação social

Fonte: Adaptado de Nahapiet ; Ghoshal (1998).

O ponto de vista **relacional** descreve o tipo de relacionamento pessoal, desenvolvido através de uma história de interações (GRANOVETTER, 1992). Este conceito foca aspectos que influenciam os comportamentos, como respeito e amizade, os quais irão determinar a sociabilidade, aceitação e prestígio. Dois atores podem ocupar posições semelhantes em uma rede, porém se suas atitudes pessoais e emocionais diferirem, também suas ações serão diferentes em muitos aspectos – trata-se, portanto, de um componente comportamental, o qual se revela através de facetas como confiança e desconfiança (PUTNAM, 2002), normas e sanções (COLEMAN, 1990; PUTNAM, 2002), obrigações e expectativas (COLEMAN, 1990; GRANOVETTER, 1992) e identidade e identificação (MERTON, 1968). Da mesma forma, podemos estabelecer uma vinculação destes elementos com conceito de proximidade organizacional.

A distinção entre as dimensões estrutural e relacional está fundamentada na obra de Granovetter (1992). A questão estrutural diz respeito ao sistema social e à rede de relações como um todo. “O termo descreve a configuração impessoal dos elos entre pessoas ou unidades. (...) refere-se aos vários padrões de conexões entre atores” (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998, p.244).

E finalmente, a dimensão cognitiva refere-se aos recursos que emanam visões compartilhadas, interpretações e sistemas de significado, principalmente códigos e narrativas compartilhados. Códigos organizam os dados sensoriais em categorias de percepção e fornecem uma ferramenta de referência na observação e interpretação do nosso ambiente. A linguagem compartilhada proporciona ainda um aparato conceitual comum na avaliação dos benefícios da troca e da

combinação de recursos. E por último, a linguagem compartilhada acentua a capacidade de combinação dos recursos, sendo tanto um meio, quanto uma finalidade no desenvolvimento de novos conceitos e formas narrativas (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998).

Os elementos da dimensão cognitiva do capital social são os mesmos da proximidade institucional. A proximidade institucional é especialmente importante para a coesão social, na medida em que se fundamenta nas “lógicas das ações coletivas fundadas em convenções e instituições locais criadas, adaptadas e/ou partilhadas pelos atores” (GILLY; PECQUEUR, 1995, p. 307).

Para aprofundarmos o conceito de capital social territorial cabe aqui destacar a distinção entre comunidade e sociedade. Numa comunidade é possível fortalecer o surgimento de densas redes de relacionamentos baseadas em confiança, reciprocidade e normas, muito mais facilmente do que no âmbito da sociedade, onde os relacionamentos são mais formalizados e impessoais. Nas relações eminentemente formalizadas e impessoais, as pessoas não dependem tanto umas das outras (como numa comunidade) e passam a ter, conseqüentemente, menos obrigações morais (PUTNAM, 2000). Conseqüentemente, têm-se menos iniciativas de cooperação, o que acaba dificultando o fomento do capital social.

Isso posto, vemos que ao abordar as estratégias de desenvolvimento territorial, Pecqueur (2009), aponta três características fundamentais para a compreensão dos processos de construção dos territórios:

- (a) a sociedade e a comunidade estão em equilíbrio. A característica principal é a autonomia da economia relativamente à política e, de forma mais geral, ao funcionamento da própria sociedade, o que faz emergir o conceito de ancoragem territorial;
- (b) a historicidade (memória coletiva), ou seja, a construção social de um capital cognitivo coletivo e a capacidade de aprendizagem dos atores implicados no território;
- (c) a reciprocidade, que permite determina uma relação entre os agentes na qual eles são reconhecidos pelo fato de possuírem vida própria para além do nível das transações puramente comerciais.

Dessa forma, vemos que as características apontadas por Pecqueur (2005; 2009) podem ser vinculadas com as ideias defendidas por Putnam (2002) e Coleman (1990). As características do modelo de

produção territorializado levam ao estabelecimento de uma nova relação local/global, em torno da qual, articula-se de modo complexo, a ancoragem territorial e a não-espacialidade da produção. Em outras palavras, o território torna-se um espaço central de coordenação entre os atores interessados na resolução de problemas produtivos inéditos (PECQUEUR, 2009), o que pode ser alcançado através da mobilização do capital social existente.

Dessa forma, atribui-se uma crescente importância à existência de atores locais com capacidade para ativar e revalorizar o capital social territorial, ou seja, os recursos ligados aos territórios, convertendo aqueles que são genéricos em específicos. Estes últimos, ao serem de natureza única e diferenciada, são dificilmente transponíveis, ou trasladáveis, constituindo-se em uma das chaves explicativas da competitividade territorial e do desenvolvimento.

Procedimentos metodológicos

Para a mensuração do capital social, utilizou-se a técnica de pesquisa por *survey*, ou seja, a mensuração de amostras por meio de questionários auto administrados aplicados junto aos respondentes (HAIR et. al., 2005). Os dados obtidos com essa pesquisa passaram por um tratamento quantitativo que permitiu medir a relação entre as variáveis por meio da utilização de técnicas estatísticas para a realização do tratamento das informações numéricas ou amostras amplas.

Após a pesquisa bibliográfica, fundamentada principalmente no estudo de Onyx; Bullen (2000), foi construído o instrumento de coleta de dados da pesquisa, o qual consiste em um questionário que foi dividido em duas partes. A primeira parte contém as variáveis que permitem inferir sobre o capital social territorial dos respondentes em relação ao território. A segunda parte é formada por um conjunto de questões de informações gerais sobre o respondente.

O primeiro bloco ficou constituído de 23 variáveis e foi apresentada aos pesquisados em forma de afirmativas, cabendo aos respondentes realizarem um julgamento quanto ao nível de discordância ou concordância em relação a cada questão. Utilizou-se uma escala *Likert* de cinco pontos (sendo 5=concordo totalmente; 4=concordo em parte; 3=nem concordo, nem discordo; 2=discordo em parte; 1=discordo totalmente). A última variável deste bloco foi uma afirmativa sobre a percepção geral do respondente, que serve como

um indicador sumarizado (variável dependente da análise de regressão).

O segundo bloco contém 14 questões, nas quais foram levantadas as informações sobre: local onde mora, há quanto tempo mora neste local, imigração, expectativa de continuar morando no local, local de trabalho, categoria profissional, há quanto tempo trabalha na empresa/entidade, trabalha com a família, renda pessoal, gênero, idade, estado civil, número de filhos e grau de escolaridade.

O pré-teste (MALHOTRA, 2007) foi realizado com 20 respondentes, aplicando o questionário auto respondido e após, realizando uma entrevista para verificar possíveis incompreensões. Dessa forma, pequenas alterações na redação das variáveis foram realizadas para facilitar a compreensão das questões.

Para o cálculo do tamanho da amostra foi utilizada a técnica de amostragem aleatória simples, considerando uma população finita de 4.692 habitantes, nos três territórios estudados. Para um grau confiança de 95% e erro amostral de 5%, o tamanho da amostra resultou em 369. Foram distribuídos 400 questionários, dos quais retornaram 206 questionários válidos (o que equivale a 7% de erro amostral).

A análise dos dados foi realizada utilizando-se as seguintes técnicas: análise fatorial, análise de regressão e análise de variância. Os resultados foram analisados por meio do cruzamento dos dados utilizando o software SPSS (*Statistical Package of Social Science*), versão 17.0.

Por análise fatorial entende-se como a técnica utilizada para sintetizar as informações de um grande número de variáveis em um número bem menor de variáveis e fatores (HAIR et. al., 2005). A análise de regressão é uma das técnicas de análise de dados mais utilizada para a mensuração de relações lineares entre duas ou mais variáveis, bem como a força dessa relação. Essa análise é caracterizada como um “processo estatístico para analisar relações associativas entre uma variável dependente métrica e uma ou mais variáveis independentes” (MALHOTRA, 2007, p. 459). Análise de variância (ANOVA) é um teste realizado para avaliar as diferenças estatísticas existentes entre as médias de dois ou mais grupos (HAIR et. al., 2005). Com essa técnica é possível verificar se há diferença entre as médias dos grupos, no entanto não identifica onde estão essas diferenças.

Contexto da pesquisa: três micro-territórios vizinhos

Como objeto de estudo foram definidos três micro territórios vizinhos imersos numa mesma cultura regional: Caminhos de Pedra, Monte Belo do Sul e Vale dos Vinhedos (figura 2). Estes territórios fazem parte região da Serra Gaúcha, situada no Estado do Rio Grande do Sul (sul do Brasil). Trata-se de uma região formada por descendentes de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil entre os anos de 1875 e 1930.

Durante o século XIX, a expansão do capitalismo, relacionado às transformações políticas durante o processo de unificação, criaram um excedente de mão-de-obra na Itália (CAPRARA; LUCHESE, 2005). Assim, este cenário trouxe vários problemas à população italiana, como a fome, a miséria e as dificuldades de acesso a terra.

Este processo resultou na emigração de milhares de camponeses, durante este período, para o Brasil. O governo brasileiro, por sua vez, tinha alguns objetivos em relação à imigração, como substituir o trabalho escravo pela mão-de-obra imigrante, colonizar as terras devolutas do território nacional, suprir a necessidade de novos trabalhadores devido ao aumento da produção agrícola no país e buscar o branqueamento da população, pois com o uso da mão-de-obra escrava, havia o temor do país se tornar um “Império Negro”. Assim, a ocupação, pelos imigrantes italianos, das terras localizadas no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul iniciou no ano de 1875 (DE PARIS, 1999).

Os três territórios fazem parte da Serra Gaúcha que é a maior região vitivinícola do Brasil com cerca de 40 mil hectares de vinhedos. Trata-se de uma viticultura de pequenas propriedades, pouco mecanizada devido à topografia acidentada, onde predomina o uso da mão-de-obra familiar. A produção média de vinhos e mostos nos últimos anos na Serra Gaúcha foi de aproximadamente 436 milhões de litros/ano, representando 90% da produção nacional (IBRAVIN, 2012).

O Roteiro Caminhos de Pedra é formado por 7 km de estrada, que passam por 28 casas de madeira e pedra. Muitas delas foram restauradas, e se transformaram no que eram quando foram construídas no final do século XIX e início do século XX. A Casa de Pedra da família Bertarello e a Cantina Strapazzon, erguidas respectivamente por volta de 1877 e 1880, são exemplos típicos. Posteriormente, foi lançado o roteiro Caminhos de Pedra (turismo rural-cultural) que despertaram novas possibilidades de aproveitamento do patrimônio histórico-arquitetônico, valorizando a

cultura regional expressa pela culinária, pelo linguajar (o dialeto vêneto, conhecido como *talian*), pelo estilo de vida, pelos costumes típicos desta região formada, principalmente, por imigrantes italianos e seus descendentes (MICHELIN, 2008).

A criação da Associação Caminhos de Pedra representa uma autonomia dos agricultores que agora precisam adequar-se ao espírito de cooperação exigido pela entidade. Serão os agricultores os responsáveis pela viabilização dos novos empreendimentos, sendo que as decisões passaram a ser tomadas por um grupo com interesses diversos. Dessa forma, a Associação dos Moradores dos Caminhos de Pedra efetua o trabalho de interlocutores da comunidade local e auxilia no estabelecimento de laços, que podem aumentar a produtividade ao reduzir, por exemplo, os custos relacionados com o estabelecimento de empresas ou com a definição de acordos entre particulares.

Monte Belo do Sul é um município emancipado pela Lei 9.564 de 20 de março de 1992, possui uma área geográfica de 68,4 km² e uma altitude média de 618 metros do nível do mar. Está localizada a 135 km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul (RAZADOR, 2005).

A principal fonte econômica do município é a atividade agrícola, com 75% da produção voltada para o plantio e o cultivo da uva. A viticultura é tão importante e tão presente na vida dos habitantes de Monte Belo do Sul que o slogan da cidade é “*Il mondo belo delle vigne*”, ou seja, “O belo mundo do vinho”. Monte Belo do Sul é o maior produtor de uvas para espumantes da América Latina (a maior cidade produtora de vinhos *per capita* do Brasil) de economia 95% rural (RAZADOR, 2005; APROBELO, 2012).

Mesmo sendo representativa a participação de Monte Belo do Sul na elaboração de vinhos finos, o sistema de condução predominante dos vinhedos na localidade ainda é a tradicional latada, direcionada à elaboração do vinho de mesa. Por isso, a fim de melhorar a qualidade do vinho, desde 2003 um grupo de onze vinícolas locais reuniu-se para formar uma Associação dos Produtores de Vinhos Finos de Monte Belo do Sul, a APROBELO.

O território do Vale dos Vinhedos, localizado entre os municípios de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul e Garibaldi, é referência no cultivo de videiras e produção de vinhos. O município de Bento Gonçalves ostenta o título de “capital brasileira da uva e do vinho” e conforme dados do cadastro vitícola possui a maior área de vinhedos do Estado, com 5.920,36 hectares plantados. Além disso, a

região se tornou um polo turístico, recebendo em torno de 120 mil de visitantes todos os anos (APROVALE, 2012).

Um marco importante para o desenvolvimento da região do Vale dos Vinhedos foi a criação da associação APROVALE (Associação de Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos). Esta associação foi fundada em 1995, para atender às exigências legais para obtenção da indicação geográfica³ para os vinhos produzidos na região (APROVALE, 2012).

Destaca-se também, que o Vale dos Vinhedos é a primeira região do Brasil a obter a indicação de procedência⁴ de seus produtos, exibindo o selo de controle em vinhos e espumantes elaborados pelas vinícolas associadas, desde o ano de 2002. Esta distinção é obtida quando produtores, comerciantes e consumidores, comprovam que alguns produtos de determinados lugares apresentavam qualidades particulares, atribuíveis a sua origem geográfica (LIMA et. al., 2007).

Além disso, a região vitivinícola da Rota do Vale dos Vinhedos foi estruturada para proporcionar o turismo do vinho, através de um roteiro que concentra uma combinação de hotéis, restaurantes, adegas e produtos correlatos à cultura vitivinícola. A relevância da atividade do turismo em áreas onde há a predominância da agricultura familiar, como é o caso do Vale, pode ser constatada na medida em que essa associação reverte em novas oportunidades de trabalho e renda, pois, nesses casos, a economia local é ativada através da diversificação de novas formas de trabalho no campo (FACCIN, et al., 2013).

Avaliação do capital social territorial nos três micro-territórios

³ Embora a lei de propriedade industrial brasileira (Lei Nacional n.º 9.279, de 14 de maio de 1996), não defina o que é indicação geográfica, o INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual) descreve seu conceito como “a identificação de um produto ou serviço como originário de um local, região ou país, quando determinada reputação, característica e/ou qualidade possam ser vinculadas essencialmente a esta sua origem particular”. Logo, pode-se definir a indicação geográfica como o nome geográfico que designa um produto ou serviço (GONÇALVES, 2007).

⁴ A indicação geográfica possui duas espécies: a indicação de procedência e a denominação de origem, sendo que não existe hierarquia entre ambas. A lei de propriedade industrial brasileira define a indicação de procedência como “o nome geográfico do país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço”. A mesma lei conceitua denominação de origem como “o nome geográfico do país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos” (GONÇALVES, 2007).

Nesta seção faremos a análise descritiva dos resultados, a análise fatorial, a análise de variância e a regressão linear. As respostas dos 206 entrevistados submetidos à análise descritiva produziram médias que variaram entre 2,158 e 4,356, com desvios-padrão de 0,906 a 1,836. Algumas características da amostra selecionada para a pesquisa:

- a) 49% são classificados como “trabalhador-habitante” (SARATE, 2012), ou seja, são respondentes que trabalham e habitam no mesmo território. Dentre os trabalhadores-habitantes, 23% estão no Vale dos Vinhedos, 15%, no Caminhos de Pedra e 11%, em Monte Belo do Sul;
- b) 28% dos entrevistados afirmam que os avós ou pais imigraram ou migraram para estas localidades,
- c) 79,7% pretendem continuar morando no território, considerando um horizonte de cinco anos;
- d) 61,1% trabalham há menos de 5 anos na empresa/entidade;
- e) 66,8% tem remuneração inferior a R\$ 1.500,00;
- f) 66,5% da amostra é formada por pessoas do sexo feminino;
- g) 40,3% moram há mais de 20 anos no local;
- h) 53,7% são casados;
- i) 43,9% têm filhos;
- j) 31,2% trabalham com familiares;
- k) 52,2% têm formação escolar até o ensino médio;
- l) 48,5% têm idade inferior a 30 anos;

O alfa de Cronbach medido para o instrumento com as 23 questões de pesquisa resultou em 0,829, o que demonstra uma excelente consistência interna das variáveis analisadas (PESTANA; GAGEIRO, 2005). Além disso, obteve-se poucos casos de respostas em branco (*missing values*).

As respostas foram submetidas à análise fatorial do tipo PCA (*Principal Component Analysis*), com rotação *varimax* e tratamento *pairwise* (consideradas todas as observações válidas de cada variável) para os dados omissos. O índice de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) de adequação da amostra foi de 0,837 e o teste de esfericidade de Bartlett - Bartlett's Test of Sphericity - (significativo 0,001) indicaram a fatorabilidade dos dados.

A solução final da análise fatorial resultou em 4 fatores, sendo que o percentual da variância explicada alcançou 54,52%, o que significa dizer que as variáveis escolhidas e os fatores resultantes conseguem explicar 54% do capital social territorial das localidades

em estudo. Para pesquisas sociais aplicadas, considera-se este percentual um bom resultado; pode-se citar, por exemplo, o estudo clássico sobre capital social em comunidades australianas, desenvolvido por Onyx e Bullen (2000), cuja análise fatorial explicou 49,3% da variância e que tornou-se uma referência na medição de capital social).

Com o intuito de verificar a consistência das variáveis em cada fator, foram calculados os valores para o alfa de Cronbach. O valor do Alfa considerado ideal para pesquisas exploratórias em ciências sociais deverá ser superior a 0,6 (MALHOTRA, 2007). Considerando todo o instrumento, o alpha de Cronbach ficou em 0,833. Os fatores encontrados, bem como seus elementos, cargas fatoriais, médias, desvios-padrão e alfas de Cronbach são apresentados na tabela 1.

Tabela 1: Fatores explicativos do capital social territorial

Fator	Elementos do fator	Carga	Média	Desvio
Proximidade (0,813)*	11 - Participo de uma associação ou entidade	0,797	2,54	1,797
	12 - Faço trabalhos voluntários	0,794	2,14	1,555
	17 - Participo das festas e comemorações	0,790	3,25	1,420
Ancoragem Territorial (0,714)*	13 - Os moradores tratam bem quem vem de fora para trabalhar	0,708	3,81	1,149
	16 - Ricos e pobres convivem bem em [NOME DO TERRITÓRIO]	0,627	3,25	1,272
	15 - Sinto orgulho de trabalhar em [NOME DO TERRITÓRIO]	0,599	4,33	0,925
	19 - Poder público local ajuda no desenvolvimento do [NOME DO TERRITÓRIO]	0,584	3,30	1,243
	20 - Considero as pessoas deste [NOME DO TERRITÓRIO] confiáveis	0,505	3,32	0,935
	22 - Acredito que [NOME DO TERRITÓRIO] é um lugar de futuro	0,480	4,17	0,928
Reciprocidade e (0,653)*	2 - Conto com ajuda de vizinhos para decisões importantes	0,773	2,36	1,414
	8 - Não teria conseguido o que tenho sem a ajuda de outros	0,677	3,22	1,435
	7 - Em [NOME DO TERRITÓRIO], as pessoas ajudam umas às outras.	0,561	3,07	1,118
Memória Coletiva (0,567)*	1 - Colegas de trabalho são também amigos	0,712	4,04	0,989
	14 - Consigo reunir a família para refeições ao menos uma vez ao dia	0,706	3,93	1,369
	4 - As famílias se esforçam para filhos e netos seguirem os costumes	0,499	3,90	1,155
	6 - Eu conheço a história de [NOME DO TERRITÓRIO]	0,452	3,68	1,338

* Alfa de Cronbach do fator

Fonte: presente estudo.

Apenas o quarto fator apresentou um Alpha considerado baixo ficando em 0,567. Mesmo assim, o fator foi mantido, pois a retirada do mesmo não foi recomendada em função da redução significativa que isso implicaria na variância explicada e até mesmo, no índice KMO.

Dos fatores encontrados, três deles foram já apontados na literatura (PECQUEUR, 2009) como sendo características centrais no processo de construção territorial. Ao analisarmos os agrupamentos e recorrendo à literatura, percebemos a presença destes elementos. À tipologia criada por Pecquer (2009), ainda faltava incluir um elemento (fator 1, neste estudo), o qual vinculamos ao conceito de proximidade.

Assim, o primeiro fator encontrado foi a Proximidade, o qual apresentou um alpha de 0,813, considerado muito bom (PESTANA; GAGEIRO, 2005). As variáveis que compõem este fator dizem respeito à participação em associações e entidades, à prática de trabalhos voluntários à participação em festas e comemorações na comunidade. Podemos perceber que estas variáveis têm em comum situações que proporcionam a aproximação entre pessoas e grupos, seja por partilhamento de objetivos em comum (associações/entidades), por diminuição das distâncias de poder (fazer trabalhos voluntários) ou por proximidade com pessoas do mesmo grupo (nas festas e comemorações).

Recorrendo à literatura, vemos que esta proximidade pressupõe um movimento, uma dinâmica de redução das distâncias, mas uma dinâmica oscilatória, pois a proximidade não é um “estado” e sim, uma “tensão”. Ela não abole a distância; mas define-se por aquilo que se opõe (LEFEBVRE, 2004).

De certa forma, a questão da proximidade pode ser também compreendida através da análise dos tipos de capital social (*bonding, bridging e linking*). Uma diferença significativa entre os tipos *bonding e bridging*, por exemplo, indica uma distância entre grupos heterogêneos e por consequência, um gap de proximidade - da mesma forma que a fraca presença de capital social do tipo *linking* indica a presença de relações assimétricas de poder.

O fato de “participar de associações e entidades” permite a construção de espaços de discussão de problemas comuns, troca de informações e experiências práticas, facilitados pela proximidade territorial. Estes “espaços” se constituem em elementos decisivos para o surgimento de inovações e construção do sentido de habitar.

O segundo fator, mostra um conjunto de variáveis no qual a comunidade ilustra o sentido de viver o território. Quando há uma valorização social do território e de seus recursos e quando os atores investem coletivamente e acreditam no desenvolvimento do território, podemos observar a ancoragem territorial.

Os moradores tratam bem quem vem de fora mostra uma pré-disposição em aceitar o “diferente”, indicando um certo grau de

abertura dos territórios (vale lembrar que 51% dos respondentes é morador, enquanto 49%, não). A convivência entre ricos e pobres sugere que a despeito das diferenças econômicas há um esforço de horizontalização das relações (lembrando que 70% da amostra recebe até R\$ 1.500,00 reais).

Sentir orgulho de trabalhar no território é a variável com o melhor desempenho (média) de toda a análise. Mesmo quem não mora no território, ainda assim sente-se a ele “enraizado” pelo vínculo com o trabalho. Considerar as pessoas confiáveis é um dos principais aspectos de presença de capital social. A confiança permite o estabelecimento de sistemas informais de normas, o que facilita a coordenação dos recursos territoriais disponíveis, uma forma de fortalecer a ancoragem territorial. Por fim, acreditar que o território é um lugar de futuro resume a crença de que vale a pena investir nele, ou seja, há uma aderência dos indivíduos e dos grupos ao projeto de futuro que se desenha para o território.

O terceiro fator trata das relações de reciprocidade, que podem ser visualizadas quando alguém se sente obrigado a retribuir um favor e quando vemos a aplicação de regras de constrangimento social, definidas de forma clara para quem não coopera ou transgredir alguma norma (PUTNAM, 2002). Assim, contar com a ajuda de vizinhos para decisões importantes, reconhecer a ajuda alheia (a ser socialmente impelido a retribuí-la) e considerar que no território é um lugar de trocas (ajuda mútua) são sinais de reciprocidade. De fato, na literatura, as normas de reciprocidade e os sistemas de participação são considerados os principais indícios da presença de capital social.

Finalmente, o quarto fator foi denominado memória coletiva, em especial pelas variáveis que evidenciam os esforços das famílias para que os filhos e netos sigam os costumes e pelo conhecimento da história da região. As outras duas variáveis – considerar os colegas de trabalho amigos e conseguir fazer refeições com a família – parecem em um primeiro momento não ter relação com as demais. Mas ao analisarmos a diferença entre as respostas dos trabalhadores-habitantes (SARATE, 2012) e dos somente trabalhadores percebemos que em todas as variáveis os trabalhadores-habitantes possuem melhor desempenho, ou seja, a categoria “trabalho” parece ser o elo entre as variáveis. Se eu trabalho no território onde moro, tenho mais possibilidade de reunir a família para refeições e até de trabalhar em família, o que pode facilitar a transmissão de valores e costumes e assim, aumentar a memória coletiva do território, ao fortalecer a(s) história(s) das próprias famílias que nele habitam (e que o constroem).

De fato, o território é “um lugar compartilhado no cotidiano, criador de raízes e laços de pertencimento e símbolos. É através do conhecimento desses símbolos que podemos restituir toda a riqueza de valores que dão sentido aos lugares e aos territórios de vida” (RIBEIRO, 2009, p. 26).

Considerações finais

O território não é um conceito a-histórico ou a-geográfico; ele precisa ser localizado no tempo e no espaço; assim como, o conceito de capital social. Desta forma, os resultados aqui encontrados, são fortemente marcados pelo contexto no qual estão inseridos. Ainda assim, analisadas as principais evidências à luz do referencial teórico podemos construir algumas pistas sobre os mecanismos de construção territorial e a vinculação destes com o capital social.

Este estudo propõe a construção do conceito de capital social territorial, a partir de quatro fatores chaves: proximidade, ancoragem territorial, reciprocidade e memória coletiva. Os estudos sobre o papel dos atores sociais na construção dos territórios representam uma oportunidade para rever os fundamentos da economia conectando-a com outras dimensões: o território, como ponto de partida central da análise e da ação.

Apesar disso, há muitas questões a serem respondidas: Como construir novas formas de gestão capazes de dar conta da multiplicidade territorial em que estamos mergulhados? Como restituir uma territorialização capaz de significar não apenas um “controle” do espaço, mas também a sua produção e vivência em novas bases, que considerem a dialética da relação entre habitante e território?

Além disso, sabemos que o capital social não é um instrumento a ser usado isoladamente, nem tampouco tem pretensão de ser único na compreensão da ação coletiva. Mesmo assim, apesar de suas limitações, ele tem contribuído para avaliação de experiências de estratégias de desenvolvimento de local.

Espera-se, que este estudo possa alimentar a reflexão das ações territoriais concretizadas pelos diferentes tipos de atores, especialmente, os pesquisadores sobre políticas públicas voltadas para o desenvolvimento.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao apoio de suas respectivas afiliações, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Referências

APROBELO. Associação de Produtores de Vinho de Monte Belo do Sul. Disponível em < <http://www.montebelodosul.rs.gov.br> > . Acesso em 12 de dezembro de 2012.

APROVALE. Associação de Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos. Disponível em < <http://www.valedosvinhedos.com.br> > . Acesso em 12 de dezembro de 2012.

ARAÚJO, M. C. S. D'. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 66p. [Coleção Passo a Passo, v. 25].

ASSOCIAÇÃO Caminhos de Pedra. Disponível em < <http://www.caminhosdepetra.org.br/pt/> >. Acesso em 15 de dezembro de 2012.

CAPRARA, B. S.; LUCHESE, T. A. **Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves 1875 a 1930: história**. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2005.

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

DE PARIS, A. **Memórias: Bento Gonçalves – 109 anos**. Bento Gonçalves: Prefeitura de Bento Gonçalves, 1999.

FACCIN, K.; MACKE, J.; [GENARI, D.](#) Mensuração do capital social nas redes colaborativas vitivinícolas da Serra Gaúcha. *Organizações & Sociedade* (Impresso), v. 20, p. 303-320, 2013.

GILLY, J.P. ; PECQUEUR, B. La dimension locale de la régulation. In: BOYER, R. ;SAILLARD, Y. (eds). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Repères: La Découverte, 1995.

GONÇALVES, M. F. W. **Propriedade intelectual e a proteção dos nomes geográficos**. Curitiba: Juruá, 2007.

GRANOVETTER, M. S. Problems of explanation in economic sociology. In: NOHRIA, N.; ECCLES, R. (org.) **Networks and**

organizations: structure, form and action. Boston: Harvard Business School Press, 1992. p.25-56.

HAIR JR., J. F; et. al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

HALPERN, D. **Social Capital.** Cambridge: Polity Press, 2005.

IBRAVIN. Instituto Brasileiro do Vinho. Disponível em < <http://www.ibravin.org.br> >. Acesso em 7 de dezembro de 2012.

LEFEBVRE, R. La 'proximité': nouveau capital social au chevet de la démocratie ? In : GRIS (Groupe de Recherche Innovations et Sociétés), **Le Capital social : actes du colloque organisé par le GRIS.** Rouen : Université de Rouen, p. 167-180, 2004.

LEITE, T. S. Encontro produtivo e ancoragem territorial: coordenação e relações firma-território em arranjos produtivos agroindustriais. 2004. 203 f. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.

LIMA, F. D.; GIESBRECHT, H. O.; LIMA, S. U. **Indicação Geográfica:** agregação de valor aos produtos amazônicos. Ano 5, n. 11, Amazonas: T&C Amazônia, 2007.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

MERTON, R. K. **Social theory and social structure.** New York: Free Press, 1968.

MICHELIN, R. L. A Reconstrução da Etnicidade na Arena Turística: o Caso do Roteiro de Turismo Rural Cultural Caminhos de Pedra Bento Gonçalves – RS. 2008. 112 f. **Dissertação** (Mestrado em Turismo), Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2008.

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local:** lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). 2003. Disponível em < <http://www.lasociedadacivil.org/docs/ciberteca/carlosmilanip.pdf> >. Acesso em 08 de dezembro de 2012.

MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia**, v.9, n. 1, p. 1-21, 2008.

NAHAPIET, J. e GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital and the organizational advantage. **Academy of Management Review**, 23(2):242-266, 1998.

ONYX, J. e BULLEN, P. Measuring Social Capital in Five Communities. **The Journal of Applied Behavioral Science**, 36 (1), 23-42, march, 2000.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**. v. 8, n.4, p. 79-105, 2009.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul, **Raízes**, v. 24, n. 1/2, Campina Grande: UFCG, p. 10-22, 2005.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie rurale**. n.261, p. 37-49, 2001.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de Dados para Ciências Sociais: A Complementaridade do SPSS**. 4ª ed., Lisboa: Sílabo, 2005.

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 260p.

RAZADOR, Leonir Olímpio. **Povoadores de História de Monte Belo do Sul**. Centro de Tradições Italianas. 2005.

RIBEIRO, M. T. F. Introdução. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (org.) **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, p. 21-36, 2009.

SANTOS, E. R.; [BITARELLO, J.](#); [PEDDE, V.](#); MONTARDO, S. Contrastes Regionais que fazem Diferença no Rio Grande do Sul: Capital Social e Desempenho Institucional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, p. 157-187, 2010.

SARATE, J. A. R. O habitante sob a perspectiva da economia do território. 2012. 60 f. **Projeto de Qualificação de Doutorado** (Doutorado em Administração), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SILVEIRA, C. M. Desenvolvimento Local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. In: FISCHER, T (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 239-244.

SILVEIRA, C.; BOCAYUVA, C.; ZAPATA, T. **Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos**. São Paulo: Polis/Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 56p.

SKIDMORE, D. Sociedade Civil, Capital Social e Desenvolvimento Econômico. In: ABREU, A. A (org.). **Transição em Fragmentos: desafios da democracia no final do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 129-152.